

LUCAS BEVILACQUA

Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), Professor Substituto de Direito Tributário da Universidade de Brasília (UnB), membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), Procurador-chefe do Estado de Goiás nos Tribunais Superiores (PGEGO).

INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SÉRIE DOUTRINA TRIBUTÁRIA VOL. IX





IBDT - Instituto Brasileiro do Direito Tributário

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

Av. Brigadeiro Luiz Antonio, 290 – 7º andar – conjuntos 71 e 72

CEP 01318-902 – São Paulo, SP

Tel./fax: (11) 3105-8206

E-mail: ibdt@ibdt.com.br

Site: www.ibdt.com.br

Diretoria

Presidente: Ricardo Mariz de Oliveira

Vice-Presidente: Luís Eduardo Schoueri

Diretor-Tesoureiro: João Francisco Bianco

Diretor-Secretário: Fernando Aurélio Zilveti

Diretores-Executivos: Alcides Jorge Costa,

Gerd Willi Rothmann, Salvador Cândido Brandão

Conselho Deliberativo

Argos Magno de Paula Gregório, Elidie Palma Bifano, Hiromi Higuchi,

Humberto Bergmann Ávila, Maria Teresa Martinez Lopez,

Mauro José Silva, Roberto Catalano Botelho Ferraz,

Roberto França de Vasconcellos, Sérgio André Rocha

Editora Quartier Latin do Brasil

Empresa Brasileira, fundada em 20 de novembro de 2001

Rua Santo Amaro, 316 - CEP 01315-000

Vendas: Fone (11) 3101-5780

Email: quartierlatin@quartierlatin.art.br

Site: www.quartierlatin.art.br

LUCAS BEVILACQUA

Mestre em Direito Econômico, Financeiro e Tributário pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco (USP), Professor Substituto de Direito Tributário da Universidade de Brasília (UnB), membro do Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT), Procurador-chefe do Estado de Goiás nos Tribunais Superiores (PGEGO).

INCENTIVOS FISCAIS DE ICMS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

SÉRIE DOCTRINA TRIBUTÁRIA VOL. IX



IBDT - Instituto Brasileiro de Direito Tributário

QUARTIER LATIN

Editora Quartier Latin do Brasil

Rua Santo Amaro, 316 - Centro - São Paulo

Contato: quartierlatin@quartierlatin.art.br

www.quartierlatin.art.br

Coordenação editorial: Vinicius Vieira

Diagramação: Victor Guimarães Sylvio

Revisão gramatical: Studio Quartier

Capa: Eduardo Nallis Villanova

BEVILACQUA, Lucas. Incentivos Fiscais de ICMS e Desenvolvimento Regional – Série Doutrina Tributária Vol. IX – São Paulo: Quartier Latin, 2013.

1. Direito Tributário. I. Título

ISBN: 85-7674-668-9

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito Tributário

9838 09

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	9
Apresentação	11
Prefácio.....	13
Lista de Abreviaturas.....	19
Introdução	23

CAPÍTULO I

Desenvolvimento regional, Constituição e incentivos fiscais, 33

1.1. Um breve histórico das políticas brasileiras de desenvolvimento regional	36
1.2. Estado, Constituição Econômica e desenvolvimento regional	43
1.3. Desenvolvimento regional no esquadro constitucional de repartição de competências	56
1.4. Regime jurídico dos incentivos fiscais de ICMS.....	60
1.5. Competição tributária entre Estados – causas e efeitos	76

CAPÍTULO II

Incentivos fiscais de ICMS, “guerra fiscal” e livre concorrência, 89

2.1. ICMS, mercado e livre concorrência.....	95
2.2. Neutralidade tributária, isonomia e princípios da unidade econômica	101
2.3. Eficácia do art. 146-A da Constituição Federal na “guerra fiscal” de ICMS.....	113
2.4. A inconstitucionalidade da “glosa de créditos” em face das normas de competência tributária	117

2.5. Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência e o controle dos incentivos fiscais de ICMS	134
2.6. Livre concorrência e redução das desigualdades regionais – ponderação de princípios da ordem econômica	146

CAPÍTULO III

Incentivos de ICMS – uma perspectiva de controle fiscal-orçamentário, 153

3.1. Renúncia de receita na Constituição e na Lei de Responsabilidade Fiscal	161
3.2. Incentivos fiscais e renúncia de receita em matéria de ICMS	175
3.3. Incentivos a custo zero?!	177
3.4. Em busca de transparência nos incentivos fiscais de ICMS	181
3.5. Controle dos incentivos fiscais de ICMS.....	184
3.6. Controle judicial dos incentivos fiscais de ICMS	192
3.6.1. O “Tribunal da Federação” no controle dos incentivos fiscais de ICMS.....	193
3.6.2. Tutela coletiva dos incentivos fiscais – a legitimidade do <i>parquet</i>	201
3.7. Controle legislativo e pelos Tribunais de Contas dos incentivos fiscais de ICMS	208
3.7.1. Controle pelas Assembleias Legislativas.....	210
3.7.2. Controle pelos Tribunais de Contas dos Estados....	211
3.8. Controle interno dos incentivos fiscais de ICMS: CONFAZ, ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA e advocacia pública	213
3.8.1. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).....	213

3.8.2. Controle Interno: administrações tributárias e procuradorias dos Estados	218
---------------------------------------------------------------------------------------	-----

CAPÍTULO IV

Incentivos de ICMS – Uma Perspectiva de Segurança Jurídica, 223

4.1. A proposta de súmula vinculante n. 69 e a Declaração de inconstitucionalidade no ordenamento jurídico brasileiro	228
4.2. Segurança jurídica na tributação e incentivos fiscais de ICMS	232
4.3. Pressupostos para convalidação dos incentivos fiscais mediante a modulação temporal no controle de constitucionalidade: razões de segurança jurídica e proteção da confiança	234
4.4. Razões de Interesse Público para Convalidação dos Incentivos Fiscais De ICMS	245
Conclusões	247
Bibliografia	253